

PRODUÇÃO LEITEIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: POLITICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SEUS DESAFIOS E DILEMAS

PONTES, Flávio Aparecido¹
FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta²

Resumo - A região do Pontal do Paranapanema possui mais de 115 assentamentos rurais implantados em 16 municípios, ocupam uma área total maior que 150.000 hectares. Neles estão assentadas mais de 6.000 famílias. Ou seja, de todo o universo de agricultores familiares que existem na região, mais de 30% delas são de assentados. Famílias cuja maior parte da composição de sua renda é proveniente da atividade leiteira. Neste contexto é inegável a importância da formação de redes de produtores e dos investimentos na pecuária leiteira, via políticas públicas em especial (PRONAF/PROINF). Na busca de compreender os avanços e retrocessos da cadeia do leite a partir da produção dos assentamentos, investigamos o quanto essa articulação de produtores aumenta seu empoderamento na negociação do produto final (leite), bem como no encaminhamento de suas outras demandas econômicas e políticas. Para tanto realizamos entrevistas com lideranças de associações de produtores em 03 diferentes municípios do território do Pontal entre os meses de janeiro e março de 2018. Para além de questões produtivas, de comercialização e econômicas da atividade. Inferimos que as políticas públicas estimularam a organização social, todavia de forma incipiente. Pouco interferiram na questão produtiva e na renda. Exemplo emblemático são os resfriadores que foram instalados, mais de 90 unidades em todo o território para que fosse cumprida a IN 51 de 2002, contribuindo para que os laticínios recebessem o produto devidamente refrigerado, porém sem melhor remuneração ao produtor e não foi capaz de eliminar figura do atravessador. Nas últimas duas décadas a produção vem caindo na região e o preço pago pelo litro de leite sofre oscilações durante todo o ano, dificultando a produção e manutenção destas famílias na atividade.

Palavras chave: leite, assentamentos rurais, renda, produção, desafios.

1. Introdução e fundamentação teórica

Bittencourt e Bianchini (1996) definiram o "Agricultor familiar" como todo aquele cuja principal fonte de renda fosse advinda da agricultura, com a base da força de trabalho utilizada na unidade de produção, composta por seus familiares, sendo facultado o uso temporário de mão de obra terceirizada quando a atividade agrícola assim o exigir. Uma década mais tarde, mais precisamente em 24 de julho de 2006 por meio da sanção da Lei Federal 11.326, foram considerados agricultor familiar e empreendedor familiar rural aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA, Docente IFSP – Coordenador do NEA Boituva CNPq 402933/2017 MEC/MAPA/SEAD

² Socióloga - Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA

própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011). IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei 11.326 de 2006 - capítulo 3º).

Segundo os dados do Censo agropecuário de 2006, o total de propriedades rurais pertencentes a agricultores familiares somavam 84,4% das propriedades rurais no país. Esses dados revelavam que eram aproximadamente 4,3 milhões de unidades produtivas familiares. Mas, os mesmos dados mostravam que essas unidades ocupavam apenas 24,3% da soma da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (ou 80,25 milhões de hectares).

Ainda assim, essas famílias conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) geram mais de 80% dos postos de trabalhos no setor rural e são responsáveis por cerca de 40% da Produção agrícola, (MDA, 2015). Ainda segundo o MDA (2015) mais de 70% da dos alimentos consumidos em nosso país, são produzidos pela agricultura familiar.

Para o extinto MDA havia um vínculo entre a agricultura familiar e a segurança alimentar, uma vez que esses produtores preservam alimentos tradicionais e a agrobiodiversidade, com uso racional dos recursos naturais e ainda podem ser propulsoras de economias territoriais, sendo responsável, em todo território nacional, por 30% do leite produzido, atividade que envolve cerca de 70 % dos agricultores (MDA, 2015).

O leite é um alimento essencial para as pessoas, segundo o Ministério da Saúde (MS) que faz recomendação quanto ao consumo de leite, na forma fluida ou de derivados lácteos, de cerca de 200 litros/ano.

Tabela 1. Consumo ideal de leite por faixa etária

| Faixa Etária | Consumo Diário (ml/dia) | Consumo Anual(litros) |
|---------------------|--------------------------|------------------------|
| 0 -10 anos | 400 | 146 |
| 11 - 19 anos | 700 | 256 |
| 20 - acima | 600 | 219 |

Fonte: Ministério da Saúde, 2014.

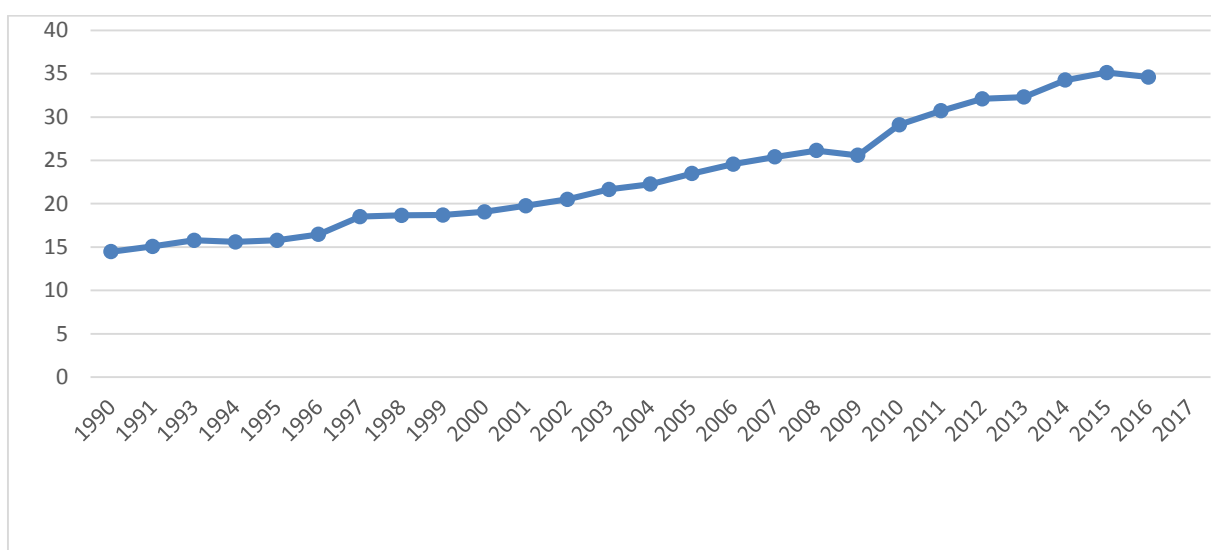
Embora a recomendação do MS seja acima de 200 litros por pessoa ao ano, no ano de 2015, segundo a Conab, o consumo per capita chegou apenas à casa dos 178l/ano.

No ano de 2014, a produção total de leite no país foi, segundo o MDA (2015), de cerca de 33 bilhões de litros. Deste total exportamos cerca de 500 milhões para diversos países. No que tange à importação, cerca de 1 bilhão de litros vieram da Argentina e Uruguai. Ou seja, havia no país, em 2014, um déficit de produção de 500 milhões de litros para o abastecimento interno.

1.1 Panorama do Leite Brasileiro

A Produção Brasileira de leite veio em curva ascendente de 1990 até meados de 2009, quando teve uma queda relação ao ano de 2008, já em 2010 começou nova subida produtiva até o ano de 2015 quando novamente a baixo sofreu baixa, igualmente em 2016 (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1- Produção Brasileira de Leite – (Bilhões de Litros)



Fonte: IBGE, 2017

Os resultados da Pesquisa Trimestral do Leite referentes ao quarto trimestre de 2017 realizado pelo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que O volume de leite captado pelos laticínios brasileiros com a devida inspeção (municipal, estadual ou federal) em outubro, novembro e dezembro de 2017 totalizou 6,44 bilhões de litros, 3,2% a mais que no mesmo período de 2016, foram captados 24,12 bilhões de litros de leite, ou seja, 4,1% a mais que em 2016. Após dois anos seguidos de queda (Gráfico 1) o volume de leite voltou a aumentar, em função da queda dos custos produtivos e do clima que contribuíram para este cenário (SCOT, 2018).

Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a produção de leite no Estado de São Paulo não acompanhou os dados nacionais relativos a produção, teve queda nos anos de 2012 e 2013. Embora em 2014 tenha sido um ano de seca, a produção se recuperou como vemos:

[...] o clima seco afetou diferentemente a produção em várias de suas regiões. No geral, houve dificuldade para se produzir leite em função das más condições dos pastos causadas pelas temperaturas altas e falta de chuvas. Isso levou à necessidade de suplementação alimentar do

gado. Alguns produtores tinham silagem e isso atenuou os custos para produzir leite. Além disso, as chuvas do fim do ano aumentaram um pouco mais a produção, pois as pastagens tiveram recuperação. (PITHAN e SILVA, 2015 sp).

Enquanto a produção brasileira de leite se mostra crescente ano a ano, a pecuária leiteira paulista sofreu quedas de produção entre 2009 e 2014, com um maior percentual em 2013, seguida de uma considerável recuperação em 2014. Embora seja um tradicional produtor, o estado de São Paulo é responsável apenas por 10,2% do total de leite cru entregue aos laticínios sob inspeção federal no Brasil (BUENO, 2015). Este autor corrobora com os dados anteriores e destaca que a trajetória da pecuária leiteira no estado, foi decrescente em relação ao tamanho do rebanho leiteiro e à produção de leite Bueno (2015).

1.2 O território do Pontal do Paranapanema e sua produção leiteira.

Para entendermos como se dá a produção pecuária e, em especial, a produção leiteira na região do Pontal do Paranapanema, se faz necessário conhecermos um pouco mais sobre essa região.

A região do Pontal do Paranapanema está situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, divisando com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná onde as fronteiras são demarcadas pelos rios Paraná e Paranapanema. É composta por 32 municípios, distribuídos em uma área total de 18.441,60 km². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010), a região tem um total de 583.766 habitantes, sendo que 10% destes vivem na área rural. São 18.241 famílias de agricultores familiares, ou seja, pouco mais de 60.000 indivíduos.

Segundo informações do Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA, 2013) no território do Pontal do Paranapanema foram implantados 112 assentamentos entre os anos de 1985 e 2012, sendo assentadas 5.892 famílias em uma área total de 139.682 hectares em 14 municípios. Todavia ao cruzarmos as informações com os dados da Fundação ITESP (SÃO PAULO, 2014), além dos 112 assentamentos rurais descritos pelo DATALUTA (2013), existiam, em 2014, mais três assentamentos rurais na região: um no município de Ribeirão dos Índios, onde estavam assentadas 40 famílias e outros dois no município de Martinópolis com total de 124 famílias assentadas (Pontes, 2015).

Segundo o cruzamento entre os dados do DATALUTA e os dados da fundação ITESP, há 115 assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, foram implantados em 16 municípios

e ocupam uma área total 142.891,80 hectares. Neles em 2014 estavam assentadas 6.056 famílias. Ou seja, das 18.241 famílias de agricultores familiares que existiam na região, segundo o IBGE (BRASIL, 2014), 33,20% delas eram famílias de assentados rurais.

Além dos agricultores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária, os dados do Sistema de Informação Territorial (SIT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2014a), apontam para existência, no território do Pontal, de 1.482 pescadores profissionais cadastrados.

Segundo Leite (1998), o Pontal do Paranapanema, tem em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país, que também originou um intenso e predatório processo de degradação dos biomas locais e genocídio indígena. De acordo com Leite (1998), até o início do século XX, o Pontal era uma terra desconhecida e desabitada da civilização. Vivendo ali apenas índios das tribos das etnias Xavantes, Caingangos e Caiuás.

Dada à importância da região do Pontal do Paranapanema, o número de assentamentos conferiu a essa região uma dinâmica social e política rica e intrincada em suas interconexões com os processos e projetos de desenvolvimento. A questão fundiária, as terras devolutas e a luta pela terra influenciam as políticas públicas, sendo elemento das tensões sociais que envolvem o estado e a população em suas mais diferentes classes sociais (BRASIL, 2011b).

Para Barone, Melazzo e Silva (2011), há uma sinalização para novas intervenções do estado e novos assentamentos podem ser implantados e isso mantém uma dificuldade regional por décadas, quanto à superação do que os autores chamam de uma visível estagnação econômica produzida por processos de acumulação de terra e renda, contra mecanismos de crescentes investimentos produtivos mais diversificados, capazes de fomentar a geração de empregos e melhorar a distribuição de renda e riquezas.

Com a implantação dos primeiros assentamentos em meados da década de 1980, essas famílias começam a construir sua inserção econômica, principalmente a partir do incremento da exploração da pecuária leiteira. Mostraram-se significativas para as economias local e regional, fazendo assim surgir no território dos municípios uma nova categoria social, a dos assentados rurais (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2009).

Como pudemos observar a presença de agricultores assentados é forte no território do Pontal do Paranapanema. E em diversos estudos o leite é referido como principal produto e fonte de renda dessas famílias, com destaque para Mazzini (2007) que aponta o leite como principal fonte de renda, dando destaque a políticas de crédito para essa atividade.

Barone *et al* (2012), também consideram a atividade leiteira como principal fonte de renda das famílias assentadas. Neste contexto, políticas de apoio e fomento à produção e comercialização são imprescindíveis à agricultura familiar, e em especial, para os assentados da reforma agrária.

1.3 Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)

Segundo Barone *et al* (2012), a obrigatoriedade do resfriamento do leite ³ antes deste ser conduzido aos laticínios, se tornou um desafio para esses produtores, que já vinham enfrentando alguns problemas com os laticínios haviam, instalados nos assentamentos, exercendo forte controle sobre a negociação do produto.

Na tentativa de romper essa lógica, em 2003, começam a ser destinados ao território tanques resfriadores comunitários, com recursos do governo federal via Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

Após um processo reivindicatório por setores públicos e entidades da sociedade civil, que demandavam a articulação das políticas federais com as iniciativas locais, houve pelo governo federal a proposição de uma política que promovesse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, (BRASIL, 2005a).

Assim, em 2003, o MDA foi levado a criar a Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), oficializada formalmente no ano de 2004, a SDT nasceu com a missão de Apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios da Cidadania e Rurais e promover a implantação e integração de políticas públicas. (BRASIL, 2015).

Para Bedin (2005), as políticas públicas que atendem à agricultura familiar começam a surgir a partir dos anos 1990 em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado e motivado por dois fatores principais. Primeiro, a constante necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. Segundo que com o aumento da miséria, aumentou a violência e o nível de insegurança nas cidades, o que gerou um apoio maior da sociedade urbana para as políticas de valorização do meio rural.

³ INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002. Do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, aprovou os regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo a, do leite tipo b, do leite tipo c, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado e o regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel.

O ano de 1994 marca, segundo Bedin (2005), o início da elaboração do PRONAF, quando foi criado pelo governo Itamar Franco (1990-1994) o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), posteriormente, já no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), é criado o PRONAF:

Diante da pressão dos agricultores e suas representações sociais, em especial da exercida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), lança em 1995 o PRONAF. que foi regulamentado pelo decreto Nº 1.946, do dia 28 de junho de 1996 (BEDIN, 2005, p 31).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), segundo Oliveira (2014), teve aporte financeiro de uma linha de ação do PRONAF, chamada **Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais**, operacionalizado entre os anos de 1997 a 2002, e seu objetivo era dispor recursos para a construção de obras e a aquisição de serviços comunitários a partir de uma concepção focada no desenvolvimento municipal. Esse foco fez com que a "política acabasse sendo apropriada por prefeituras em diferentes casos" (LEITE *et al.*, 2008).

Nessa primeira fase o Pronaf Infraestrutura era de responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e em 2003, a SDT assumiu a responsabilidade de sua coordenação dando prioridade à adoção da abordagem territorial (OLIVEIRA, 2014).

O PRONAT foi criado com base nas múltiplas dimensões do desenvolvimento tendo por objetivo a promoção do planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais fortalecendo suas dinâmicas econômicas por meio de quatro eixos estratégicos: a gestão social dos territórios, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e articulação interinstitucional (BRASIL, 2011).

Como podemos observar o governo federal, por meio da SDT/MDA, iniciou em 2003 uma política para promoção dos territórios rurais com fundamentação no PRONAT. Segundo Tarsitano, Sant'Anna e Araujo (2013), o programa absorveu o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais (1997 - 2002), que era uma modalidade de financiamento com recursos não reembolsáveis, em parceria com os governos municipais, com o objetivo de implementar e ampliar, a racionalização e modernização da infraestrutura pública de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Como vimos anteriormente, a atividade leiteira no território do Pontal é bastante significativa para os assentados rurais da região do Pontal do Paranapanema e o conjunto de

políticas públicas das últimas décadas tem impactado essa cadeia produtiva, o que justificou nosso estudo. Da forma como o descrevemos no capítulo seguinte.

2. Metodologia

A partir da realização de levantamento bibliográfico, visando elaborar a fundamentação teórica da pesquisa a partir de sua leitura e discussão sobre os temas desenvolvimento territorial, políticas públicas, e produção leiteira em assentamentos rurais, adotamos um amplo conjunto de autores e documentos oficiais. Trabalhamos com bancos de dados de pesquisa já realizadas (Dados Secundários) dos projetos Célula de Acompanhamento e Informação (SGE/MDA) sobre os projetos PROINF destinados ao leite; e com os dados do projeto UNIARA-IN CRA, para avaliar a produção leiteira nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.

Com a realização de pesquisa de campo realizada nos meses de janeiro a março de 2018, buscamos trazer elementos para a análise dos desafios e perspectivas relacionadas à cadeia produtiva do leite no Pontal e seus respectivos enredos no que concerne a questão da abordagem do desenvolvimento territorial.

Com o objetivo de compreender de o sistema de produção, formas de comercialização, valores recebidos e o quanto a cadeia produtiva do leite foi impactada pelas políticas públicas contribuem para o desenvolvimento territorial, realizamos 04 entrevistas em assentamentos diferentes a saber: Gleba XV de novembro, Tupanciretã, Roseli Nunes e Fazenda São Bento, nos municípios de Euclides da Cunha Paulistas, Presidente Venceslau e Mirante do Paranapanema respectivamente.

Com roteiros estruturados realizaremos entrevistas com lideranças para compreender a organização associativa e a formação de redes de produtores.

A partir dos dados coletados juntos aos atores destacados buscamos avaliar a importância dos investimentos na pecuária leiteira (PRONAF/PROINF), o quanto essa articulação de produtores aumenta seu empoderamento na negociação do produto final (leite), bem como no encaminhamento de suas outras demandas econômicas e políticas.

Também será avaliado o quanto essa rede participa de políticas públicas, mesmo que em uma escala microrregional, envolvendo os assentamentos rurais do Território do Pontal do Paranapanema. A Partir dessa análise, será possível discutir o quanto a política de desenvolvimento territorial (PRONAT), tem impactado o desenvolvimento territorial via incremento de produção leiteira. Na sequência apresentamos os resultados e discussões.

3. Resultados e discussões

A pesquisa Produção da Pecuária Municipal (PPM) realizada pelo IBGE no ano de 2017, indicou que a região Sudeste contribuiu com 34,7%, a maior participação, na produção de leite do país, segundo a pesquisa a produtividade média da produção de leite no Brasil foi de 1.709 litros/vaca/ano, em 2016, o que corresponde a um crescimento de 4,2% em relação à observada em 2015 (1.639 litros/vaca/ano).

Todavia, afirma Pereira (2015) que se registrou uma baixa produtividade por unidade de área da pecuária leiteira na região do Pontal do Paranapanema, o que revela para os autores as dificuldades encontradas após a instalação dos equipamentos, em função do mal planejamento e gestão.

Ao analisarmos dados relativos ao projeto UNIARA/INCRA⁴ sobre a produção animal dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, Pontes *et al* (2013), observamos que dos questionários respondidos, 81% dos casos possuíam criação de bovino leiteiro, sendo que a comercialização da produção de leite era o principal objetivo em 52% dos casos. Em 22% dos casos, além da venda, o leite também é utilizado para o autoconsumo; e exclusivamente para o autoconsumo em apenas 4% dos casos.

Os autores constataram em pesquisa realizada em 2011 que a atividade era tida como a principal atividade geradora de renda para 81% dos seus entrevistados, todavia davam destaque que a atividade era de baixa produtividade, embora figurasse como única atividade de produção animal a possuir escala comercial, uma vez que somadas as produções dessas quase 6.200 famílias, forma-se uma baía leiteira expressiva.

A baixa produtividade pode estar relacionada a questões de tecnologia e assistência técnica. Para Silva (2010) e Barone, Melazzo e Silva (2011) o Pontal apresenta uma baixa presença de serviços de apoio tecnológico para os assentados rurais, assim as políticas de apoio sempre foram importantes para a manutenção da atividade.

Neste contexto buscamos entender a cadeia produtiva do leite a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, estudar

⁴ Projeto UNIARA/INCRA trata-se de uma pesquisa multidisciplinar para avaliar as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos rurais do estado de São Paulo, realizada em 2011 a partir de duas perspectivas diferentes: uma, diagnóstico por pesquisa investigava sobre o modo de vida e ao desenvolvimento das famílias assentadas. Outra o diagnóstico das regiões identificando suas vocações e potencialidades produtivas. A pesquisa foi realizada sob coordenação do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA) financiada com recurso do Instituto Nacional de colonização e reforma Agrária (INCRA).

como se dão as negociações e a organização da comercialização do leite no território, a partir do associativismo e do estímulo à cadeia produtiva via PROINF.

Via PROINF, entre os anos de 2003 a 2014, Buscamos entender a cadeia produtiva do leite a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, estudar como se dão as negociações e a organização da comercialização do leite no território, a partir do associativismo e do estímulo à cadeia produtiva via PROINF.

Com base nos documentos da CAI observamos foram 29 projetos de PROINF, com a instalação de equipamentos de resfriamento de leite e capacitação para sua utilização. Foram instalados cerca de 90 resfriadores para uso coletivo, a maioria deles em assentamentos rurais.

Todavia, ao questionarmos em nossa entrevista sobre o uso e importância deste fica claro que os resfriadores atenderam mais a demanda dos laticínios que dos assentados, segundo informações os resfriadores eram muito grandes e dispostos muito longe dos lotes, o que inviabiliza seu uso e em especial a gestão.

Atribuímos a essa questão à falta de um reconhecimento das reais demandas daqueles que se utilizarão do equipamento, por parte do Colegiado de Desenvolvimento Territorial, que é instância que aprova preliminarmente o projeto.

O que nos mostra mais uma vez reflexos da falta de assistência técnica na produção individual e coletiva do leite, fato que resulta que em tanques sem uso e uma série de outros problemas relatados nas entrevistas como: Baixo preço pago, atravessadores dentro dos assentamentos, questões políticas, resfriadores sem manutenção e fora de uso dentre outros. Cientes dessas dificuldades os entrevistados afirmaram que a organização social se mostrou efetiva para superar alguns desafios.

Assim as associações foram para os entrevistados muito importante e tiveram necessidade da criação de redes de produtores ligados à produção leiteira para se fortalecerem principalmente nas negociações com as empresas compradoras, já que o tipo de venda predominante na comercialização se dá com laticínios , leiteiro é contrato/empresa, corroborando com os dados de Silva, Barone e Melazzo, (2011) onde os produtos referentes ao bovino leiteiro representavam 52% (venda para os laticínios) .

Embora a maior parte efetuasse a venda com contrato/empresa (24% dos entrevistados), a presença do atravessador ainda hoje é vista como significativa. Os entrevistados apontam que ainda se vende para esse sujeito – que pode inclusive ser um morador dos próprios assentamentos.

Fato que podia ser revertido se as políticas públicas via PROINF tivessem focado nesta cadeia, como segue:

[...] colegiado desde 2013, não fez projetos para o leite, tem trabalhado outros produtos, café, mel e comercialização de hortaliças. Se tivesse pensando em um laticínio como queríamos aqui no Roseli Nunes, poderíamos atender grande parte dos produtores. Veja o Toninho ele era um entreposto hoje compra de todo mundo o leite e paga o que quer. Revende para o Paraná e leva maior parte do lucro. Com uma usina nossa a gente podia ficar com essa parte, não é? (ASSENTADO, 54 ANOS).

Ao ser questionado sobre a associação e seu papel no assentamento para resolver estes problemas a resposta foi:

Não resolve eles pagam pouco e as vezes o resfriador fica distante dificultando chegar nele, perdo mais tempo indo até lá que tirando o leite e infelizmente a política também sufoca a gente. A Amparar tá quase parada, não pode nada (ASSENTADO, 54 ANOS).

A declaração do assentado reflete em parte as afirmações de Pereira (2015), “[...] isso faz com que as associações existentes e que possuem baixo nível de organização, consigam, quando muito, gerir um tanque resfriador comunitário, limitando a produção.

Todavia essa avaliação contraria a afirmação de Silva (2010, p 41), de que as associações têm papel fundamental para organização das famílias assentadas, por terem encontrado uma forma de enfrentamento para problemática da comercialização de seus produtos, cabendo ainda a essas associações serem mediadoras da venda em conjunto dos produtos dos assentados.

Fato que foi Observado em Presidente Venceslau, foi por meio da organização social de associação que se iniciou nos assentamentos Fazenda Primavera e Tupanciretã, a melhora da relação dos assentados com os órgãos burocráticos, "facilitando sua relação com as esferas de governo e viabilizando a entrada de recursos financeiros (principalmente o PRONAF).

Também serviu para propiciar a vinda de projetos econômicos e sociais para o assentamento", (SILVA, 2010). A Instalação dos tanques comunitários via PROINF, trouxe aos assentados autonomia sobre o preço do seu leite, quebrando sua dependência de atravessadores em alguns casos.

A partir dessa organização social e com os seus projetos, criou-se uma rede de produtores assentados. Essa rede engloba mais de 200 agricultores assentados, organizados em cinco associações, que juntas comercializam diariamente cerca de 15.000 litros de leite, produzidos pelas famílias assentadas em diversos assentamentos rurais nos municípios de Caiuá, Marabá Paulista, Presidente Venceslau e, Presidente Epitácio.

Mas com mudanças das políticas de compra e troca de governos locais, este projeto também caiu por terra.

A gente levava todo leite pro Inácio do Santa Clara, você conhece o japonês de Bernardes né? Ele embalava e descontava a parte dele e a gente entregava na prefeitura. Ia para a merenda e já vinha com nosso nome no saquinho. Mas trocou os prefeitos, não manteve e ai abandonamos. Fomos para o PAA, acabou também, Tamo com o Packing House agora, mas está devagar (ASSENTADA FAZENDA PRIMAVERA)

Questionamos os entrevistados com relação aos preços pagos pelo litro do leite, todos eles afirmaram que o maior valor no último ano não tinha ultrapassado a casa dos R\$0,95 e que na época de maior produção receberam até R\$ 0,83 pelo litro, preços paga para o leite já resfriado e que muitas vezes ainda se desconta deste valor taxa de manutenção dos mesmos.

4. Conclusões

A cadeia produtiva do leite do Pontal, poderia destacar a região como uma das principais bacias leiteiras do Sudeste, todavia como vimos há um conjunto de situações que forçam a produtividade para baixo.

A guisa da conclusão, não podemos deixar de citar que embora a atividade tenha tido avanços e recuos nos processos de comercialização, o leite sem dúvidas é peça fundamental para manutenção das famílias rurais em especial as assentadas da reforma agrária que em sua maioria receberam terras degradadas, sem nenhuma estrutura de produção e alicerçaram nestas terras um novo pano de fundo no que tange ao desenvolvimento regional.

Foi possível constatar, a partir dos estudos (dados secundários), que desde a implantação dos assentamentos e antes mesmo deles, há um grande número de agricultores familiares cuja base da composição da renda familiar vem desta atividade.

O processo produtivo e as práticas utilizadas por esses produtores, ainda hoje carecem de tecnologias adaptadas as suas realidades, haja vista que os pacotes tecnológicos nem sempre oportunizam a eles avanços em sua produtividade, e como vimos os serviços de assistência técnica se dão de forma insuficiente frente as demandas.

Demandas que vão desde a produção até as formas de comercialização, que bem vimos as vezes não dão condições aos agricultores de manter as atividades e uma vida digna no campo.

Poucos laticínios e alguns atravessadores são elos da cadeia que colocam os agricultores como tomadores de preço não só a montante por seus fornecedores, mas também a jusante, sem que possam ao menos ter maior poder de negociação, uma vez que as suas associações não conseguem romper alguns paradigmas e assim fazer uma representação eficaz nestas relações comerciais.

O conjunto de políticas públicas embora na década de 2003 a 2013 tenha contribuído com a cadeia produtiva, como observamos no emblemático caso dos resfriadores nem sempre impactou de forma positiva aos agricultores, casos que poderiam ter sido resolvidos se tivessem sido realizados estudos mais coerentes para a logística de distribuição e funcionamento destes para atender as reais demandas. Políticas públicas em especial do PROINF, diretamente ligadas à cadeia produtiva do leite, na tentativa de promover o desenvolvimento territorial foram incipientes, embora com tudo isso ainda hajam dados de melhoras sob alguns aspectos.

Levamos uma gama de bloqueios que se apresentam no desenvolvimento desta cadeia produtiva, mas uma coisa é certa. Os agricultores familiares sabem produzir e produzem muito bem frente aos obstáculos que têm, e não são poucos, O que lhes faltam são serviços de extensão rural capazes de fazer frente a sua difícil inserção nos mercados, que lhes permitam organização social para que sejam eles à partir de redes de produtores os próprios processadores de sua produção.

Lhes dando subsídios inclusive para romper as amarras dos poderes públicos locais, que mesmo sob a força de lei, por vezes deixam de comprar produtos oriundos da agricultura familiar em especial o leite e seus derivados. Amarras essas que quando rompidas poderão melhorar os dados da cadeia produtiva do leite em âmbito regional e ainda melhorar em efeito cascata números ligados a geração de empregos e renda no mesmo âmbito.

5. Referencial Bibliográfico

BARONE, L. A.; MELAZZO, E.; SILVA, A. A. **Relatório anual**: Célula do Pontal do Paranapanema - SP Acompanhamento e Informação para o desenvolvimento rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2011.

BEDIN; O. L., **Participação dos agricultores familiares no Programa PRONAF modalidade infra-estrutura**: um estudo de caso no município de TUPÃSSI - PR, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2005.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005a. 32 p. (Série documentos SDT, 1). Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, DF:

MDA/SDT, 2005b. 30 p. (Série documentos institucionais, 2). Disponível em:<http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, Relatório de 2013. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP Presidente Prudente, 2013.

DUVAL; H. C., VALENCIO; N. F. L. S., FERRANTE; V. L. S. B., **Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas.** Retrato de Assentamentos, Araraquara, nº 12, pp 189-216, 2009.

ECHEVERRI, R. **Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania.** In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília, DF: IICA, 2010. p. 81-114. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-erritorial-Rural-o-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>>.

FERNANDES; B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, J. F., **A Ocupação do Pontal do Paranapanema,** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, S. P. et al. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais.** Brasília, DF: IICA, 2008. p. 69-169. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 8). Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0708p/b0708p.PDF>>. Acesso em: Dezembro de 2015.

MAZZINI; E. J. T., **Assentamentos No Pontal Do Paranapanema – SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007

OLIVEIRA; L. Z., **análise do programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (PRONAT): O caso do Território Meio Oeste Contestado (SC),** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

OLIVEIRA L. C., **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) no Território Noroeste Paulista: análise da participação dos atores sociais,** Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT UNESP, Ilha Solteira, 2014

PEREIRA; C. S. BARONE; L. A., **análise preliminar de projetos PROINF voltados para a pecuária de leite no território rural do Pontal do Paranapanema.** Caderno de Resumos da VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, FEAGRI, Campinas, 2015.

PEREIRA; S. L. I; WESZ JÚNIOR; V. J. **Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.4 Brasília Oct./Dec. 2012

PONTES; F. A., **A formação do técnico em agroecologia na escola Professora Nair Luccas Ribeiro, no assentamento Gleba XV de Novembro, SP: sua gênese e seus egressos,** Dissertação de Mestrado PPGADR Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.

PONTES; F. A., PEREIRA; E. L., SILVA; A. A., **Pontal do Paranapanema, tendências relativas à produção animal.** Anais do V Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócios, FATEC, Ourinhos, 2013

PRADO; C., **Razias - Sanches: O Coronel das Dadas**, 2009. Disponível em: <http://celsoprado-razias.blogspot.com.br/2009/12/razias-sanches-o-mais-poderoso-dos.html> Acesso em abril de 2017.

SCOT, Noticias Agrícolas. **Produção de leite aumentou**, disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/210365-producao-de-leite-aumentou-41-em-2017-segundo-o-ibge.html#.WwmVdEgvzIU> acesso em abril de 2018.

TARSITANO; R. A., SANT'ANA; A. L., ARAÚJO; C. A. M. e **Análise dos projetos PROINF do território ANDRADINA, estado de São Paulo, período 2004 a 2011** disponível em <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/tec5-0613.pdf> acesso em novembro de 2015.